

FUNDAÇÃO S.O.S SÃO FRANCISCO

Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Parque Eólico Castanheira, Município de Sento Sé / BA

(Processo Nº 01502.002512/2016-98)

Relatório Parcial

Sobradinho – BA
Janeiro de 2018

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

Equipe Técnica	**Função / Responsabilidade**
Celito Kestering	Coordenador Geral
Nina Rosa Pereira Ledoux	Coordenadora de Campo
Rosa NinaLedoux	Coordenadora de Laboratório
Bruno Soares Kestering	Técnico de Campo
Mirta Barbosa	Técnica de Campo
Murilo Fernandes Palha de Almeida	Guia
Marcílio Fernandes de Almeida Palha	Mateiro
Empresa Contratante	Quinto Sol Energia LTDA - EPP

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	4
2	**RESULTADOS DA PESQUISA**	6
2.1	**Pesquisa nos Locais Vizinhos ao Empreendimento**	6
2.1.1	Esboço Geológico	6
2.1.2	Boqueirão do Riacho da Juriti	8
2.1.2.1	*Sítio Arqueológico Juriti 1*	12
2.1.2.2	*Sítio Arqueológico Juriti 2*	16
2.2	**Classificação Preliminar dos Registros Rupestres**	19
2.2.1	Classificação das pinturas rupestres do sítios Juriti 1 e 2	21
2.3	**Pesquisa na Área Diretamente Afetada**	23
2.4	**Ações Educativas**	53
2.5	**Resultados das Entrevistas**	63
2.5.1	Mariluze Oliveira de Amaral	63
2.52	Lourival Vieira de Carvalho	64
3	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	65
	REFERÊNCIAS	66
	ANEXOS	67

1 INTRODUÇÃO

A finalidade do projeto cujo relatório ora se apresenta é mostrar a potencialidade arqueológica, histórica e cultural da área diretamente afetada (ADA) e de locais vizinhos ao empreendimento da Quinto Sol Energia Ltda – EPP, no município de Sento Sé – BA. Relata-se o que se fez para identificar sítios ou ocorrências arqueológicas históricas e/ou pré-históricas, conjuntamente com outros bens materiais e culturais. Apresentam-se os resultados do levantamento de campo levado a efeito, em busca de informações sobre evidências materiais de ocupações pretéritas. O trabalho foi executado após aprovação da Ficha de Caracterização de Atividade que enquadrou o empreendimento no Nível IV, conforme orientação da Instrução Normativa Nº 01/2015.

Apresentam-se os resultados da **varredura de superfície**, que se fez com a presença de um guia local (conhecedor dos trechos), sem intervenção em subsolo, nos locais vizinhos ao empreendimento (com potencial arqueológico) e em toda a Área Diretamente Afetada. Executaram-se as atividades previstas, com profissionais munidos de máquina fotográfica, GPS e caderno de anotações. Apresenta-se o que se detectou de objetos e/ou estruturas arqueológicas com suas respectivas densidades espaciais. Apresentam-se, também, os resultados das entrevistas com pessoas que residem nas proximidades das áreas de influência do empreendimento. Para essa ação, utilizou-se uma ficha específica, com questões pertinentes à pesquisa.

Ressalta-se que o projeto foi executado com referência à legislação ambiental e arqueológica vigente no Brasil. Segundo essa legislação a atividade de Licenciamento Ambiental deve obrigatoriamente contemplar o patrimônio arqueológico nacional, garantindo proteção aos bens arqueológicos ameaçados por empreendimentos causadores de impactos. Cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) regulamentar e fazer aplicar esta proteção. A Instrução Normativa N°01, de 25 de março de 2015 estabelece os procedimentos administrativos a serem observados no processo de licenciamento ambiental. Esse instrumento legal exige do empreendedor compatibilizar a pesquisa arqueológica aos

níveis do licenciamento, identificar estratégias de preservação, recuperação e promoção do patrimônio arqueológico vulnerável aos empreendimentos. As atividades que se realizaram contemplaram também as demais legislações pertinentes ao tema:

- Lei federal 3.924, de 26 de julho de 1961, cujo teor estabelece que todos os tipos de vestígios arqueológicos (sítios, restos da cultura material, estruturas de alteração da paisagem) que representem testemunhos de culturas passadas que habitaram o território brasileiro são considerados patrimônio da União e, portanto, passíveis de proteção e tombamento.

- Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986, estabelecendo que os sítios arqueológicos devam passar por avaliação e posterior indicação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias dos impactos negativos sobre o patrimônio arqueológico.

- Constituição de 1988, que estabelece as definições de patrimônio cultural e de sítio arqueológico. A carta de 1988 ressalta assim a necessidade de proteção de sítios históricos e estabelece essa proteção como competência conjunta de todas as unidades da Federação.

- Portaria IPHAN N° 07 de 1º de dezembro de 1988, que versa sobre os procedimentos legais para a execução de estudos arqueológicos.

- Lei Federal Nº 3551 de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais imateriais brasileiros, como forma de promover a sua continuidade histórica e sua relevância para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira.

- Portaria Interministerial Nº 60, de 24 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

2 RESULTADOS DA PESQUISA

Inicia-se o relato do que se fez, com a apresentação dos resultados da pesquisa nos locais vizinhos ao empreendimento onde as feições de relevo eram propícias à realização de registros rupestres. Prossegue-se com a exposição dos resultados da varredura de superfície que se fez na área diretamente afetada e finda-se com a explanação das informações obtidas nas entrevistas.

2.1 Pesquisa nos Locais Vizinhos ao Empreendimento

Essa fase de prospecção consistiu na análise da superfície do território para resolver problemas arqueológicos. Para este trabalho, integrou-se o estudo geológico e o caminhamento a pé, nas feições de relevo próximas ao empreendimento, com potencial para a realização de registros rupestres.

2.1.1 Esboço Geológico

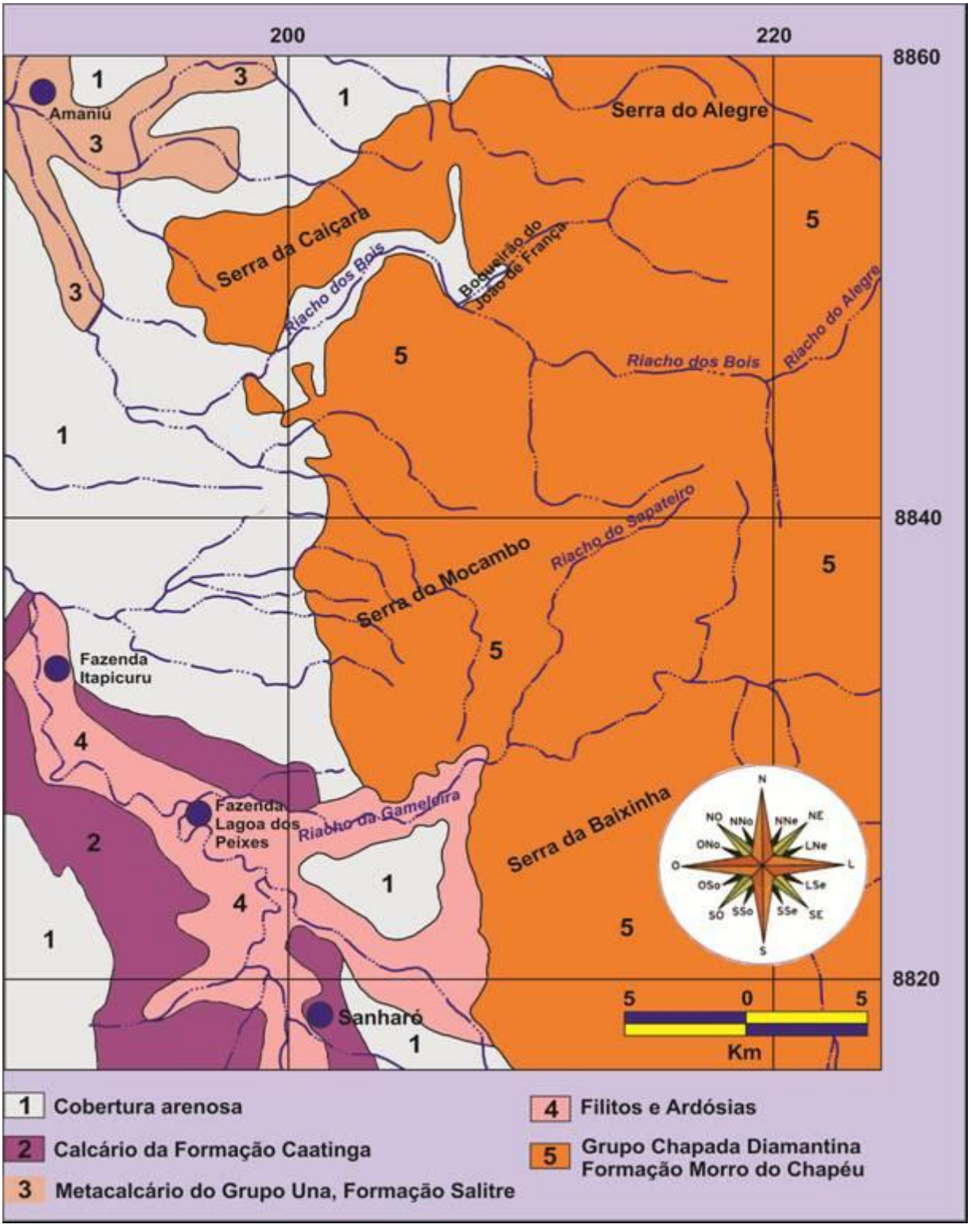
A área diretamente afetada (ADA) localiza-se no alto da Serra da Caiçara e da Serra do Mocambo. Essas serras constituem-se de rochas metassedimentares do Grupo Chapada Diamantina, Formação Morro do Chapéu (5), de origem no Mesoproterozóico (Fig. 1).

> [As rochas Grupo Chapada Diamantina, Formação Morro do Chapéu apresentam] um relevo de serras com escarpas abruptas, encimadas por cristas silicificadas e recortadas por uma rede de drenagem com padrão dendrítico ralo, às vezes retangular, controlada por fraturas (ANGELIM, 1997, p. 33).

Nas escarpas das rochas metassedimentares da Formação Morro do Chapéu, principalmente onde há nascentes ou fluxos de água, mesmo que intermitentes,

costumam-se encontrar painéis de registros rupestres. No entorno do Povoado de Brejo da Brásida já se comprovou a existência de muitos painéis desses artefatos.

Figura 1 – Esboço geológico da região do empreendimento



Fonte: Siqueira (1985), modificado pelos autores

Há painéis pintura rupestre nos boqueirões dos riachos da Santana, do Soem, da Toca, da Canoa, da Imbaúba, de Antônio Joaquim, de João de França, das Minas, dos Animais, da Baixa da Caiçara, da Bananeira, da Floresta e nos serrotes dos Dois Irmãos e Pergentino (KESTERING, 2014, p. 26-27). É muito provável que, nos locais vizinhos ao empreendimento, haja outros painéis de pintura rupestre e vestígios arqueológicos de ocupação na superfície do terreno. Por isso, decidiu-se, em companhia de membros da comunidade local de Brejo da Brásida, realizar um caminhamento a pé, nas áreas com probabilidade de se encontrarem sítios arqueológicos com pinturas rupestres (Fig. 2 a 5).

Em registro rupestre, caracteriza-se como sítio arqueológico uma unidade geomorfológica (escarpa, matacão, abrigo sob-rocha, etc.) em que se identificam pinturas e/ou gravuras. No caso específico das rochas da Chapada Diamantina, Formação Morro do Chapéu, define-se como sítio arqueológico a unidade geomorfológica (parede ou alcantil) com uma ou mais figuras rupestres, delimitada por dois taludes. Convenciona-se como parede a escarpa com menos de cinco metros de altura e, como alcantil, a que medir mais de cinco metros.

2.1.2 Boqueirão do Riacho da Juriti

No Boqueirão do Riacho da Juriti, muito próximo à Área Diretamente Afetada pelo empreendimento, prospectou-se um trecho de aproximadamente três quilômetros, com caminhamento no leito do riacho e observação cuidadosa nas escarpas de ambas as margens.

Encontraram-se dois sítios arqueológicos com pinturas rupestres. São eles: Juriti 1 (código 212.1) e Juriti 2 (código 212.2). Há que se cuidar para que os rejeitos de terraplanagem, resultantes das obras de implantação do Parque Eólico da Serra da Castanheira não sejam lançados no talude dessa feição de relevo. Essa ação poria em risco a preservação dos dois sítios e suas respectivas pinturas rupestres.

Figura 2 – Prospecção em companhia de membros da comunidade de Brejo da Brásida



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 3 – Prospecção em companhia de membros da comunidade de Brejo da Brásida



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 4 – Prospecção no Boqueirão do Riacho da Juriti



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 5 – Prospecção no Boqueirão do Riacho da Juriti



Foto: Celito Kestering (2017)

2.1.2.1 Juriti 1 (Código 212.1)

O Sítio Arqueológico Juriti 1 (código 212.1) situa-se na baixa vertente do Boqueirão do Riacho da Juriti, em uma escarpa de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Morro do Chapéu, nas coordenadas UTM24L 203505 e UTMN 8847494, a 537 metros de altitude. Mede 90 metros de comprimento, 12 metros de altura e dois metros de largura. Tem alinhamento leste – oeste e abertura sul (Fig. 6). Nele identificaram-se sete painéis de pintura rupestre com grafismos reconhecíveis da Tradição São Francisco (Fig. 7 a 13).

As rochas apresentam muitas fraturas resultantes da ação de intemperismo físico, químico e biológico. As pinturas estão muito degradadas pela exposição ao sol, ao vento e à chuva, bem como pelo sistema radicular de plantas nativas, como a macambira (*Bromelia laciniosa*) e pela ocupação de muitos mocós (*Querodon rupestris*).

Figura 6 – Vista frontal do sítio arqueológico Juriti 1

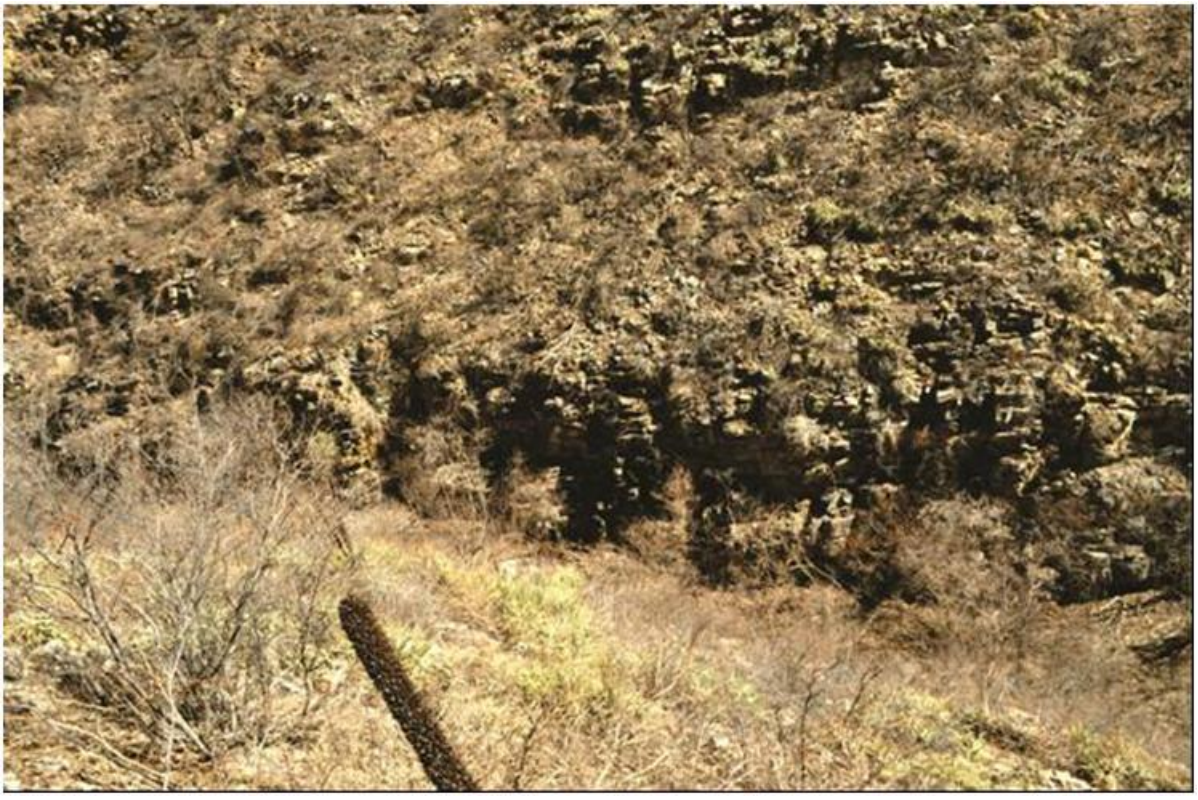


Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 7 – Painel 1



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 8 – Painel 2



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 9 – Painel 3



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 10 – Painel 4

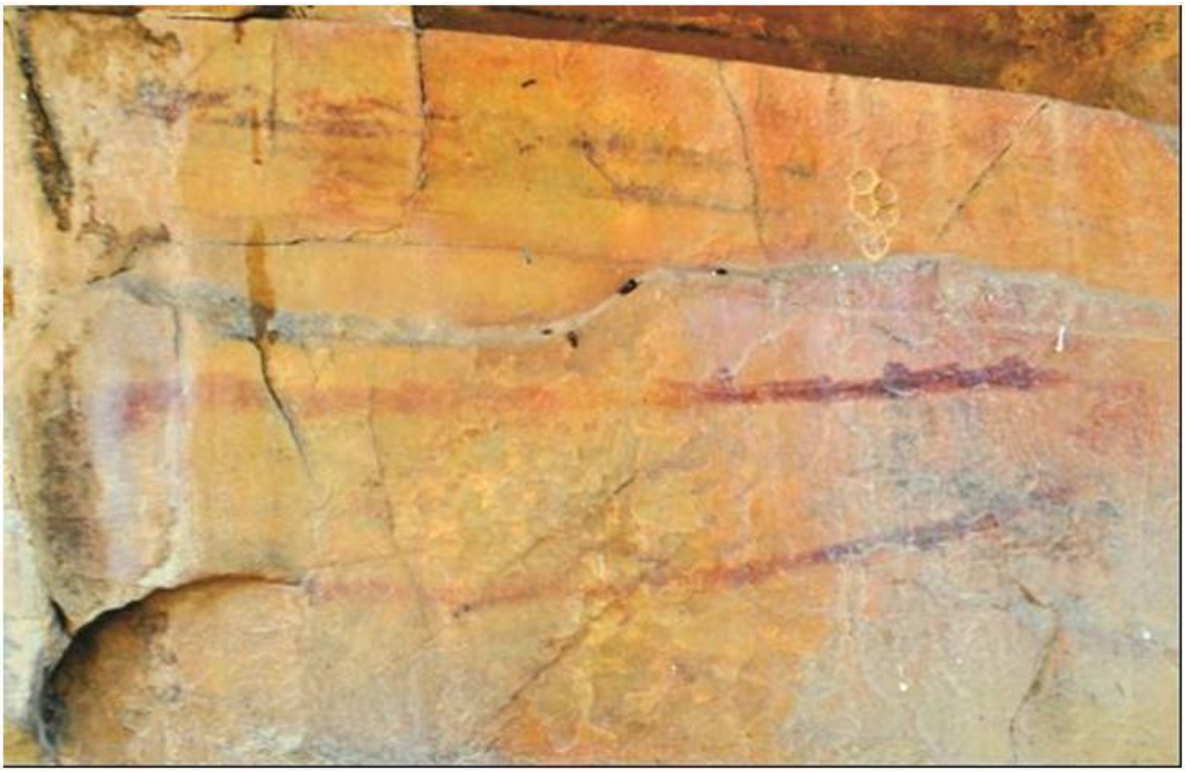


Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 11 – Painel 5



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 12 – Painel 6



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 13 – Painel 7



Foto: Celito Kestering (2017)

2.1.2.2 Juriti 2 (Código 212.2)

O Sítio Arqueológico Juriti 2 (código 212.2) situa-se na baixa vertente do Boqueirão do Riacho da Juriti, em uma escarpa de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Morro do Chapéu, nas coordenadas UTM24L 203874 e UTMN 8847466, a 558 metros de altitude. Mede 45 metros de comprimento, 20 metros de altura e dois metros de largura. Tem alinhamento nordeste – sudoeste e abertura sudeste (Fig. 12). Nele identificaram-se quatro painéis de pintura rupestre com grafismos reconhecíveis da Tradição São Francisco (Fig. 14 a 18).

As rochas apresentam muitas fraturas resultantes da ação de intemperismo físico, químico e biológico. As pinturas estão muito degradadas pela exposição ao sol, ao vento e à chuva, bem como pelo sistema radicular de plantas nativas, como a macambira (*Bromelia laciniosa*) e o mandacaru facheiro (*Pilosocereus pachycladus* Fig. 19). O sítio é ocupado por muitos mocós (*Querodon rupestris*).

Figura 14 – Vista frontal do sítio arqueológico Juriti 2



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 15 – Painel 1



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 16 – Painel 2

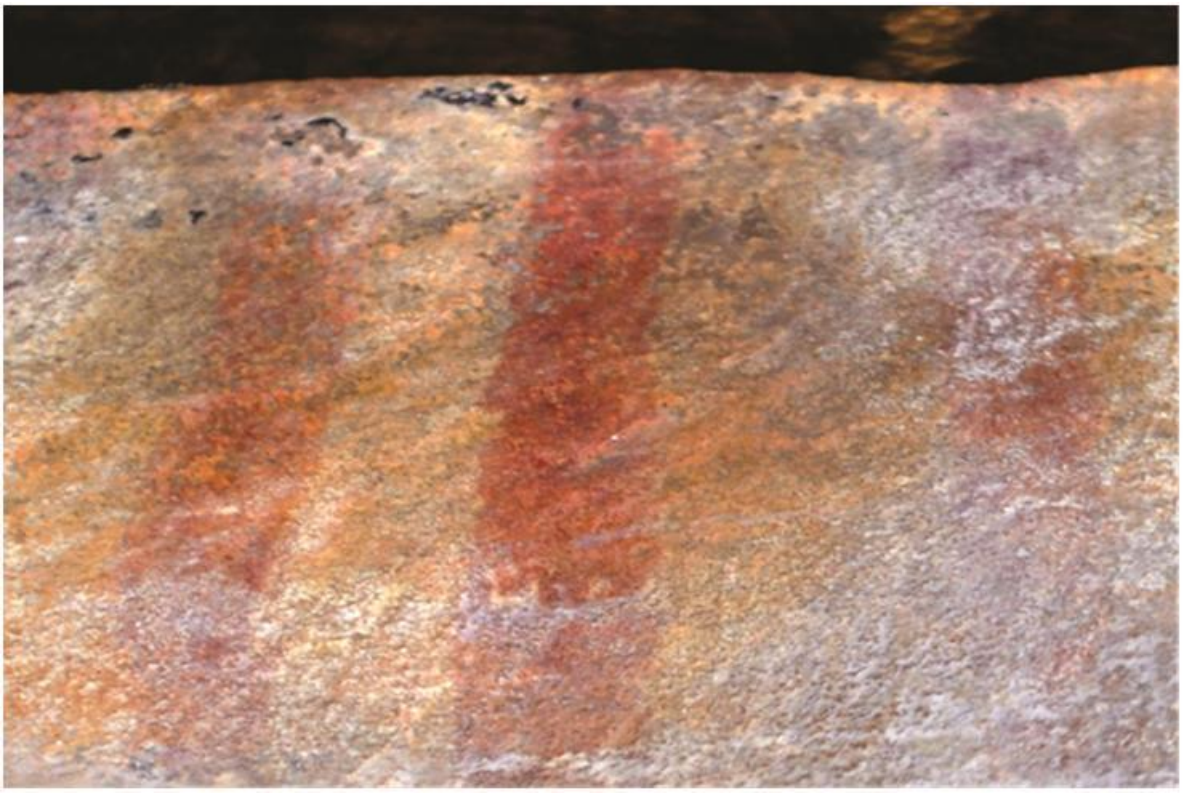


Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 17 – Painel 3



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 18 – Painel 4



Foto: Celito Kestering (2017)

Figura 19 – Mandacaru facheiro



Foto: Celito Kestering (2017)

2.2 Classificação Preliminar dos Registros Rupestres

Para análise e classificação preliminar dos registros rupestres utilizam-se os parâmetros da cognoscibilidade e da temática dominante. Pelo parâmetro da cognoscibilidade relacionada com um longo período e um amplo espaço, classificam-se conjuntos de pinturas e gravuras em tradições. Para fazer essa classificação inicial, dividem-se as figuras em conhecíveis e reconhecíveis. As figuras são conhecíveis quando representam elementos do mundo concreto. Elas representam realidades conhecidas pelos autores e pelos pesquisadores. Quando isso acontece, consegue-se acessar parte do significado das figuras analisadas porque se dispõe do código desvendado no contexto ambiental e/ou arqueológico. As pinturas reconhecíveis, por expressarem realidades conhecidas por quem fez, mas desconhecidas pelos pesquisadores, são identificadas nas recorrências. Pelos critérios da temática, identificam-se as preferências de determinados grupos no modo de pintar e/ou gravar. Pode-se, assim, relacionar o registro de uma região específica a uma subtradição.

Cognoscibilidade é a qualidade do que pode se tornar conhecido. Ela depende bastante da interação do cognoscente, no caso o pesquisador, com o objeto cognoscível, ou seja, o registro rupestre. Existem pinturas e gravuras facilmente identificáveis. Há outras, porém, que dependem de alguns fatores como, o nível de conhecimento técnico, as referências do pesquisador (cognoscente) assim como sua capacidade de percepção. Estes fatores podem levar o mesmo objeto a ser classificado como conhecível por uns e reconhecível por outros.

Quando não se dispõe do código que permita a interpretação, classificam-se as figuras rupestres como reconhecíveis. Por expressarem realidades que não são conhecidas pelos pesquisadores, elas são identificadas nas recorrências. Kestering (2007, p. 24), propõe que se considere como uma unidade gráfica um signo ou todo o conjunto de signos e espaços vazios de um painel, enquanto não forem identificadas ocorrências de figuras tematicamente semelhantes em outros painéis.

Eles são reconhecíveis, assim, nas recorrências. Pelo parâmetro da cognoscibilidade relacionada com longo período e amplo espaço classificam-se conjuntos de pinturas em tradições. Assim, costuma-se classificar os registros rupestres da região Nordeste do Brasil na Tradição Nordeste ou na Tradição São Francisco.

A temática refere-se aos traços deixados por grupos no registro rupestre. Esses representavam realidades com formas e técnicas próprias de sua cultura. Cada grupo tinha formas preferenciais de pintar. Com a utilização do critério da temática dominante, relacionada com um território de abrangência regional, bastante reduzida em relação ao de uma tradição, agrupam-se conjuntos de pinturas e gravuras em subtradições. Segundo Kestering (2007, p. 26), a identificação da temática dominante no conjunto gráfico de uma tradição permite classificar conjuntos de grafismos em subtradições e reconhecer mudanças nos atributos de identidade de diferentes grupos ligados a ancestrais comuns.

> Temática é o germe a partir do qual se podem desenvolver diferentes composições para representar realidades. As realidades representadas podem pertencer ao mundo imaginário ou material (sensível). Não se pode interpretá-las, porque não se dispõe do código de interpretação dos autores, mas se pode reconhecer, nas formas, a sua ocorrência e recorrência. (KESTERING, 2007, p. 25).

Identificam-se as temáticas dos grafismos conhecíveis pela representação de atributos complementares como ornamentação, forma e tamanho. As figuras reconhecíveis caracterizam-se pela presença de sinais específicos agenciados nas unidades gráficas. (KESTERING, 2007, p. 25).

2.2.1 Classificação das Pinturas Rupestres dos Sítios Juriti 1 e 2

Com a adoção do parâmetro da cognoscibilidade analisaram-se as 16 pinturas rupestres que se identificou. Constatou-se que todas as figuras desse universo são reconhecíveis, o que permite atribuir sua autoria a um grupo pré-histórico da Tradição São Francisco. Nove figuras distribuem-se em sete painéis do sítio Juriti 1 e, as sete restantes, em quatro painéis do sítio Juriti 2 (Tab. 1).

Tabela 1 – Análise das pinturas rupestres dos sítios Juriti 1 e 2 pelo parâmetro da cognoscibilidade

Sítio Arqueológico	Painel	Conhecível	Reconhecível	Total
Juriti 1	1	-	1	**1**
	2	-	1	**1**
	3	-	3	**3**
	4	-	1	**1**
	5	-	1	**1**
	6	-	1	**1**
	7	-	1	**1**
Juriti 2	1	-	4	**4**
	2	-	1	**1**
	3	-	1	**1**
	4	-	1	**1**
Total Geral	**11**	-	**16**	**16**

Fonte: Os próprios autores (2018)

Com a adoção do parâmetro da temática analisaram-se as 16 pinturas rupestres. Constatou-se que 10 figuras apresentam temáticas identificáveis, recorrentes no Submédio São Francisco. Três (30%) representam bastonetes, três (30%) são tridigitiformes, três (30%) são gradiformes e uma (10%) é asteriforme. Não se conseguiu identificar as temáticas das demais figuras porque estão muito desgastadas em função de sua exposição ao sol, à chuva e ao vento. (Tab. 2). Com base nos fragmentos de documentação primária e na tradição oral que se conserva nos povoados de Brejo da Brásida e Amaniú, em nível preliminar e hipotético, atribui-se a sua realização grupos da Etnia Caimbé. Sugere-se que, se faça análise das pinturas rupestres de todos os sítios arqueológicos do entorno do povoado de Brejo da Brásida para que se identifiquem a temática dominante e os estilos dessa subtradição da Tradição São Francisco.

Tabela 2 - Análise das pinturas rupestres dos sítios Juriti 1 e 2 pelo parâmetro da temática

Sítio Arqueológico	Temáticas				
	Bastonetes	**Tridigitiformes**	**Gradiformes**	**Asteriforme**	**NI**
Juriti 1	1	-	3	1	4
Juriti 2	2	3	-	-	2
Total	**3**	**3**	**3**	**1**	**6**

Fonte: Os próprios autores (2018)

2.3 Pesquisa na Área Diretamente Afetada

Com carro tracionado, percorreu-se grande parte da área que será diretamente afetada pela implantação das estruturas de geração de energia eólica e pelas vias de acesso. Fez-se prospecção em todo trecho onde se havia implantado estradas carroçáveis para transporte e edificação das torres anemométricas (Fg. 20 a 26). Nessas estradas e em suas margens, observaram-se acuradamente os sedimentos e os afloramentos de rocha para verificar se havia artefatos e/ou estruturas arqueológicas (Fig. 27 a 32). Buscaram-se artefatos e, com GPS portátil, registraram-se as coordenadas, em equidistâncias aproximadas de 500 metros (Fig. 33 a 36). Fizeram-se fotos do contexto, com destaque para a superfície e as espécies vegetais dominantes. Em alguns lugares, onde a paisagem sugeria ocupação temporária, adentrou-se na caatinga. Ali também se procuraram artefatos, registraram-se as coordenadas e levaram-se a efeito os mesmos procedimentos da prospecção que se fez nas estradas carroçáveis (Fig. 37 a 40). Não se identificou um artefato sequer e nem tampouco qualquer estrutura arqueológica.

Figura 20 – Prospecção em estrada carroçável da área diretamente afetada



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 21 – Prospecção em estrada carroçável da área diretamente afetada



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 22 – Prospecção em estrada carroçável da área diretamente afetada



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 23 – Prospecção em estrada carroçável da área diretamente afetada



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 24 – Prospecção em estrada carroçável da área diretamente afetada



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 25 – Prospecção em estrada carroçável da área diretamente afetada



Foto: Nina Rosa Ledoux (2018)

Figura 26 – Prospecção em estrada carroçável da área diretamente afetada



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 27 – Procura de artefatos e estruturas arqueológicas



Foto: Nina Rosa Ledoux (2018)

Figura 28 – Procura de artefatos e estruturas arqueológicas



Foto: Nina Rosa Ledoux (2018)

Figura 29 – Procura de artefatos e estruturas arqueológicas



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 30 – Procura de artefatos e estruturas arqueológicas



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 31 – Procura de artefatos e estruturas arqueológicas



Foto: Nina Rosa Ledoux (2018)

Figura 32 – Procura de artefatos e estruturas arqueológicas



Foto: Nina Rosa Ledoux (2018)

Figura 33 – Busca das coordenadas, com GPS portátil, em equidistâncias aproximadas de 500 m



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 34 – Busca das coordenadas, com GPS portátil, em equidistâncias aproximadas de 500 m



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 35 – Busca das coordenadas, com GPS portátil, em equidistâncias aproximadas de 500 m



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 36 – Busca das coordenadas, com GPS portátil, em equidistâncias aproximadas de 500 m



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 37 – Busca de artefatos e registro das coordenadas dentro da caatinga



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 38 – Busca de artefatos e registro das coordenadas dentro da caatinga



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 39 – Busca de artefatos e registro das coordenadas dentro da caatinga



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 40 – Busca de artefatos e registro das coordenadas dentro da caatinga



Foto: Celito Kestering (2018)

Constatou-se que há trechos onde predominam sedimentos arenosos (Fig. 41 a 45). Em outros, ocorre dominância de cascalhos ou matacões (Fig. 46 a 55). São raros os lugares em que ocorrem afloramentos do maciço rochoso (Fig. 56 a 60). Em toda a extensão prospectada, os sedimentos constituem-se do resultado da ação do intemperismo físico, químico e biológico sobre o maciço de rochas metassedimentares de arenito silicificado da Chapada Diamantina, Formação Morro do Chapéu.

Do topo das serras, onde se edificaram as torres anemométricas (Fig. 61 a 63), tem-se uma visão panorâmica das feições de relevo em que se implantarão os aerogeradores (Fig. 64 e 65). De lá se verifica que há relativa homogeneidade na composição das rochas, granulometria dos sedimentos e cobertura vegetal da Área Diretamente Afetada (ADA). Salta aos olhos o caráter inóspito das serras para ocupação humana histórica e pré-histórica. Além do difícil acesso, constata-se completa ausência de fontes de água permanente. Não há tampouco escarpas propícias à realização e conservação de registros rupestres.

Figura 41 – Prospecção em trecho onde predominam sedimentos arenosos



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 42 – Prospecção em trecho onde predominam sedimentos arenosos



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 43 – Prospecção em trecho onde predominam sedimentos arenosos



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 44 – Prospecção em trecho onde predominam sedimentos arenosos



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 45 – Prospecção em trecho onde predominam sedimentos arenosos



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 46 – Prospecção em trecho onde predominam cascalhos



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 47 – Prospecção em trecho onde predominam cascalhos



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 48 – Prospecção em trecho onde predominam cascalhos



Foto: Nina Rosa Ledoux (2018)

Figura 49 – Prospecção em trecho onde predominam cascalhos



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 50 – Prospecção em trecho onde predominam cascalhos



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 51 – Prospecção em trecho onde predominam matacões



Foto: Nina Rosa Ledoux (2018)

Figura 52 – Prospecção em trecho onde predominam matacões



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 53 – Prospecção em trecho onde predominam matacões



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 54 – Prospecção em trecho onde predominam matacões



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 55 – Prospecção em trecho onde predominam matacões



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 56 – Prospecção em trecho com afloramento do maciço



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 57 – Prospecção em trecho com afloramento do maciço



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 58 – Prospecção em trecho com afloramento do maciço



Foto: Murilo Fernandes Palha de Almeida (2018)

Figura 59 – Prospecção em trecho com afloramento do maciço



Foto: Nina Rosa Ledoux (2018)

Figura 60 – Prospecção em trecho com afloramento do maciço



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 61 – Topo da Serra da Caiçara onde se implantou uma torre anemométrica



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 62 – Topo da Serra do Mucambo onde se implantou uma torre anemométrica



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 63 – Topo da Serra do Mucambo onde se implantou uma torre anemométrica

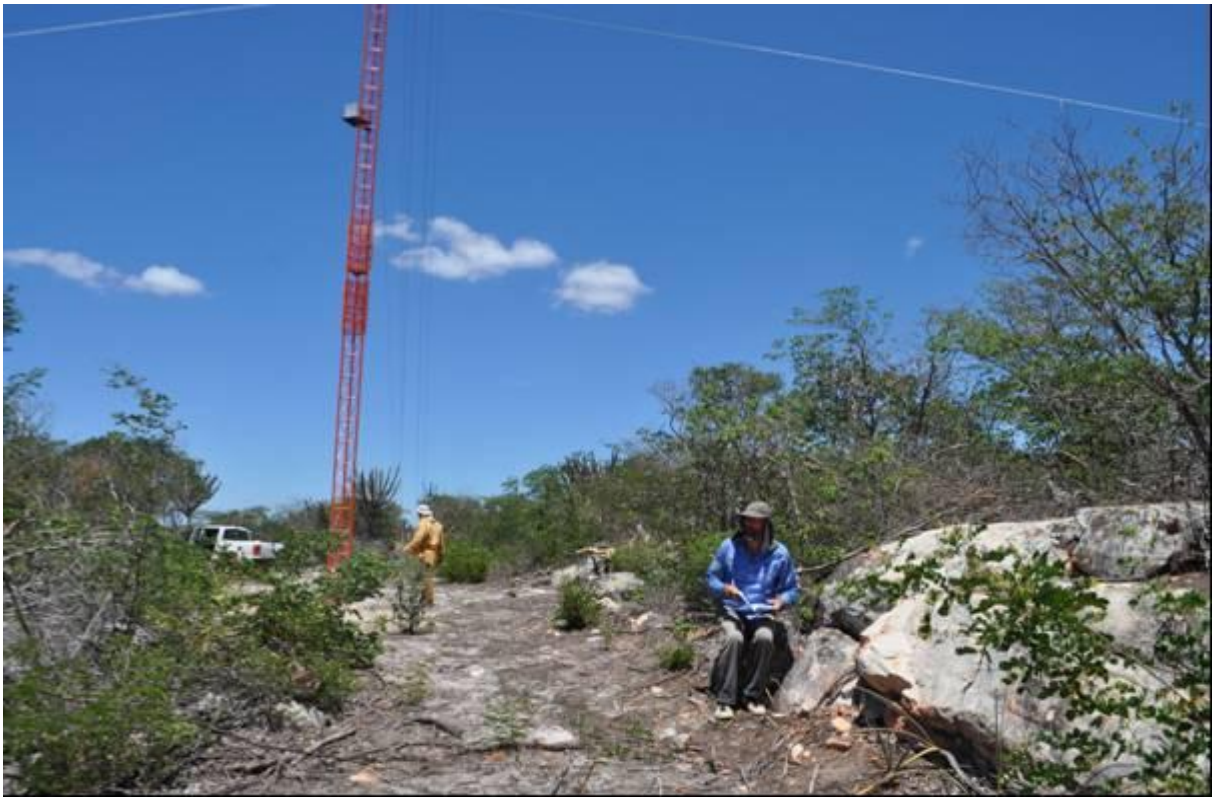


Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 64 – Vista panorâmica da área onde serão implantados os aerogeradores



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 65 – Vista panorâmica da área onde serão implantados os aerogeradores



Foto: Celito Kestering (2018)

Na área diretamente afetada há espécies vegetais típicas da caatinga. Destacam-se: a aroeira branca (*Schinus Molleaoides*), o angico de bezerro (*Piptadenia moniliformis*), a maniçoba (*Manihot pseudoglaziovii*) e a umburana de cambão (*Commiphora leptophloeos*) (Fig. 66); o jacurutu (*Chloroleucon foliolosumum*), o sete cascas (*Tabebuia spongiosa*), a castanheira (?) e o mandacaru facheiro (*Pilocereus pachycladus*) (Fig. 67); a coroa de frade (*Melocactus bahiensis*), o mandacaruzinho (?), o quipá (*Opuntia Inamoena*) e canela de velho (*Miconia albicans*) (Fig. 68); a cangalheira (*Lamanonia ternata*), macambira de flecha (*Encholirium spectabile*), a ameixa (*Ximenia americana*) e pinhão roxo (Jatropha *gossypifolia*) (Fig. 69); o xiquexique (*Pilosocereus Gounellei*), o Camaçari (*Caraipa densifolia*), o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) e umburuçu (*Pseudobombax tomentosum*) (Fig. 70); pereiro (*Aspidosperma pyrifolium*) e favela brava (*Cnidoscolus quercifolius*) (Fig. 71 e 72).

Figura 66 – Aroeira branca, angico de bezerro, maniçoba e umburana de cambão



Fotos: Celito Kestering (2018)

Figura 67 – Jacurutu, sete cascas, castanheira e mandacaru facheiro



Fotos: Celito Kestering (2018)

Figura 68 – Coroa de frade, mandacaruzinho, quipá e canela de velho



Fotos: Celito Kestering (2018)

Figura 69 – Cangalheira, macambira de flecha, ameixa e pinhão roxo



Fotos: Celito Kestering (2018)

Figura 70 – Xiquexique, camaçari, umbuzeiro e umburuçu



Fotos: Celito Kestering (2018)

Figura 71 – Pereiro



Foto: Celito Kestering (2018)

Figura 72 – Favela brava



Foto: Celito Kestering (2018)

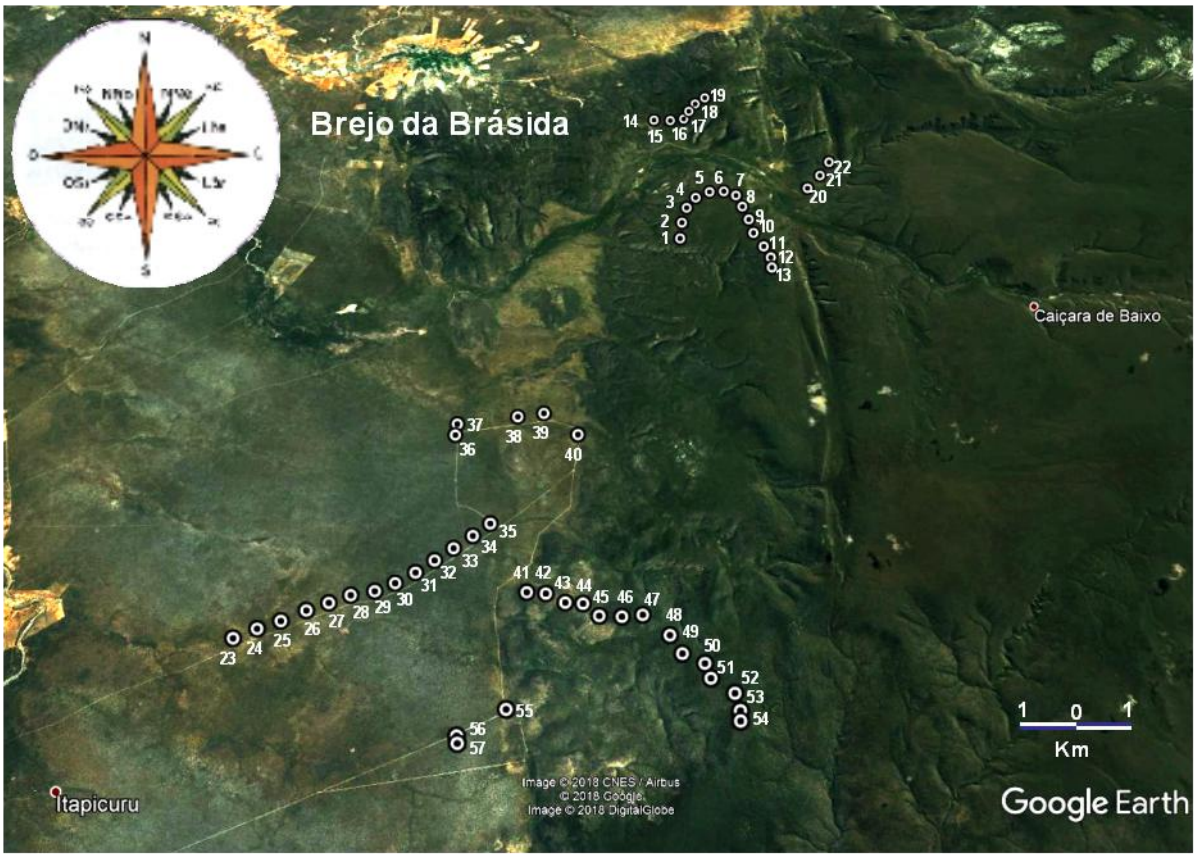
Observou-se acuradamente a paisagem de grande parte da área diretamente afetada. Enfatizou-se a prospecção onde havia sedimentos arenosos e afloramentos do maciço, para ver se havia artefatos e/ou estruturas arqueológicas. Nesses pontos, com a utilização do sistema de posicionamento global (GPS) portátil buscaram-se e registraram-se as coordenadas (Tab. 1; Fig. 73).

Tabela 1 – Pontos onde se prospectou e se verificou não haver estrutura e/ou artefato arqueológico

Ponto	Coordenadas			Vestígio	Superfície/sedimento	Observação
	UTM24L	UTMN	Altitude			
001	204207	8847691	634 m	-	Matacões e cascalhos	Serra da Caiçara
002	204239	8848300	636 m	-	Areia e silte	Estrada carroçável
003	204349	8848915	629 m	-	Matacões e cascalhos	Estrada carroçável
004	204662	8849252	653 m	-	Cascalho e areia	Estrada carroçável
005	205074	8849457	651 m	-	Areia e silte	Estrada carroçável
006	205469	8849512	673 m	-	Afloramento do maciço	Estrada carroçável
007	205827	8849331	684 m	-	Areia e silte	Estrada carroçável
008	205988	8848885	709 m	-	Cascalho e areia	Estrada carroçável
009	206144	8848375	732 m	-	Cascalho e areia	Estrada carroçável
010	206246	8847853	724 m	-	Cascalho e areia	Estrada carroçável
011	206408	8847444	719 m	-	Areia e silte	Estrada carroçável
012	206677	8846972	743 m	-	Matacão e cascalho	Estrada carroçável
013	206681	8846604	762 m	-	Cascalho e areia	Junto à estação anemométrica
014	203480	8852444	624 m	-	Areia e silte	Estrada carroçável
015	203940	8852539	638 m	-	Matacão e cascalho	Estrada carroçável
016	204375	8852571	648 m	-	Cascalho e areia	Estrada carroçável
017	204529	8852883	696 m	-	Cascalho e areia	Estrada carroçável
018	204722	8853186	729 m	-	Matacão e cascalho	Estrada carroçável
019	205000	8853481	744m	-	Matacão e cascalho	Estrada carroçável
020	207918	8849754	586 m	-	Matacão e cascalho	Junto à estrada dos três dias
021	208316	8850226	643 m	-	Matacão e cascalho	Na caatinga, sem trilha
022	208591	8850785	687 m	-	Matacão e cascalho	Na caatinga, sem trilha
023	194205	8835849	423 m	-	Areia e silte	
024	194690	8836081	426 m	-	Areia e silte	Umburana
025	195181	8836275	431 m	-	Areia e silte	
026	195705	8836536	436 m	-	Areia e silte	Angico de bezerro
027	196178	8836728	432 m	-	Areia e silte	Mandacaruzinho
028	196640	8836925	434 m	-	Areia e silte	Quipá
029	197170	8837035	436 m	-	Areia e silte	Umburana
030	197605	8837241	434 m	-	Areia e silte	
031	198036	8837511	439 m	-	Areia e silte	Mandacaruzinho
032	198438	8837824	442 m	-	Areia e silte	
033	198843	8838141	440 m	-	Areia e silte	
034	199260	8838466	445 m	-	Areia e silte	
035	199642	8838783	453 m	-	Areia e silte	
036	198569	8841202	445 m	-	Areia e silte	Ponto de um aerogerador
037	198585	8841523	446 m	-	Areia e silte	Ponto de um aerogerador
038	200078	8841770	454 m	-	Areia e silte	Linha de aerogeradores
039	200725	8841883	471 m	-	Areia e silte	Estrada de acesso
040	201601	8841273	486 m	-	Areia e silte	Ponto de um aerogerador

041	200612	8837078	511 m	-	Areia e silte	Acesso aos aerogeradores
042	201046	8837048	549 m	-	Matacões e cascalhos	Acesso aos aerogeradores
043	201494	8836833	573 m	-	Matacões e cascalhos	Acesso aos aerogeradores
044	201892	8836808	590 m	-	Afloramento do maciço	Acesso aos aerogeradores
045	202262	8836519	608 m	-	Afloramento do maciço	Acesso aos aerogeradores
046	202765	8836502	636 m	-	Areia e silte	Acesso aos aerogeradores
047	203224	8836554	662 m	-	Matacões e cascalhos	Início dos aerogeradores
048	203820	8836090	680 m	-	Areia e silte	
049	204086	8835679	691 m	-	Afloramento do maciço	
050	204566	8835466	714 m	-	Afloramento do maciço	
051	204682	8835139	736 m	-	Areia e silte	
052	205175	8834814	781 m	-	Afloramento do maciço	
053	205272	8834447	806 m	-	Afloramento do maciço	Linha dos aerogeradores
054	205267	8834230	820 m	-	Afloramento do maciço	Junto à estação anemométrica
055	200346	8834428	457 m	-	Areia e silte	Acesso aos aerogeradores
056	199350	8833851	449 m	-	Areia e silte	Linha de aerogeradores
057	199379	8833699	449 m	-	Areia e silte	Linha de aerogeradores

Figura 43 – Mapa das coordenadas onde se fez a prospecção



Fonte: Google Earth (2018), modificado pelos autores

2.4 Ações Educativas

No período em que se realizavam os trabalhos de campo, levaram-se a efeito algumas atividades educativas direcionadas às pessoas integradas direta ou indiretamente com o empreendimento. Realizou-se uma palestra na igreja do povoado de Brejo da Brásida com estudantes da própria comunidade e do distrito de Amaniú. Nessa palestra utilizaram-se equipamentos audiovisuais para repassar informações básicas sobre a Arqueologia e a importância de se preservar o patrimônio cultural. Procurou-se alcançar o objetivo maior de possibilitar que os membros da comunidade sejam capazes de identificar e lutar pela preservação desse patrimônio que herdaram de seus ancestrais.

Divulgaram-se os resultados que se obtiveram nas atividades de campo e em pesquisas anteriores realizadas nos sítios arqueológicos de pintura rupestre que há no entorno do povoado de Brejo da Brásida e do Município de Sento Sé. Espera-se que tais resultados reforcem o sentimento de pertença que já é bastante forte entre os estudantes e outros membros da comunidade, graças a um trabalho permanente de educação patrimonial desenvolvido por Mariluze Oliveira Amaral (Fig. 56 a 85).

Figura 56 – Celito e Mariluze no proferimento da palestra



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito e Mariluze no proferimento da palestra



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Público ouvinte no proferimento da palestra



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito e Mariluze no proferimento da palestra



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito no proferimento da palestra



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito e Mariluze no proferimento da palestra



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Mariluze no proferimento da palestra



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Público ouvinte no proferimento da palestra



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito no proferimento da palestra



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito no proferimento da palestra



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito e Mariluze na apresentação dos resultados das atividades de campo



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito e Mariluze na apresentação dos resultados das atividades de campo



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito e Mariluze na apresentação dos resultados das atividades de campo



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito e Mariluze na apresentação dos resultados das atividades de campo



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito e Mariluze na apresentação dos resultados das atividades de campo



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Celito na apresentação das atividades de campo



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Mariluze Amaral na apresentação dos resultados das pesquisas no entorno do povoado



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Mariluze Amaral na apresentação dos resultados das pesquisas no entorno do povoado



Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

Figura 56 – Mariluze Amaral na apresentação dos resultados das pesquisas no entorno do povoado

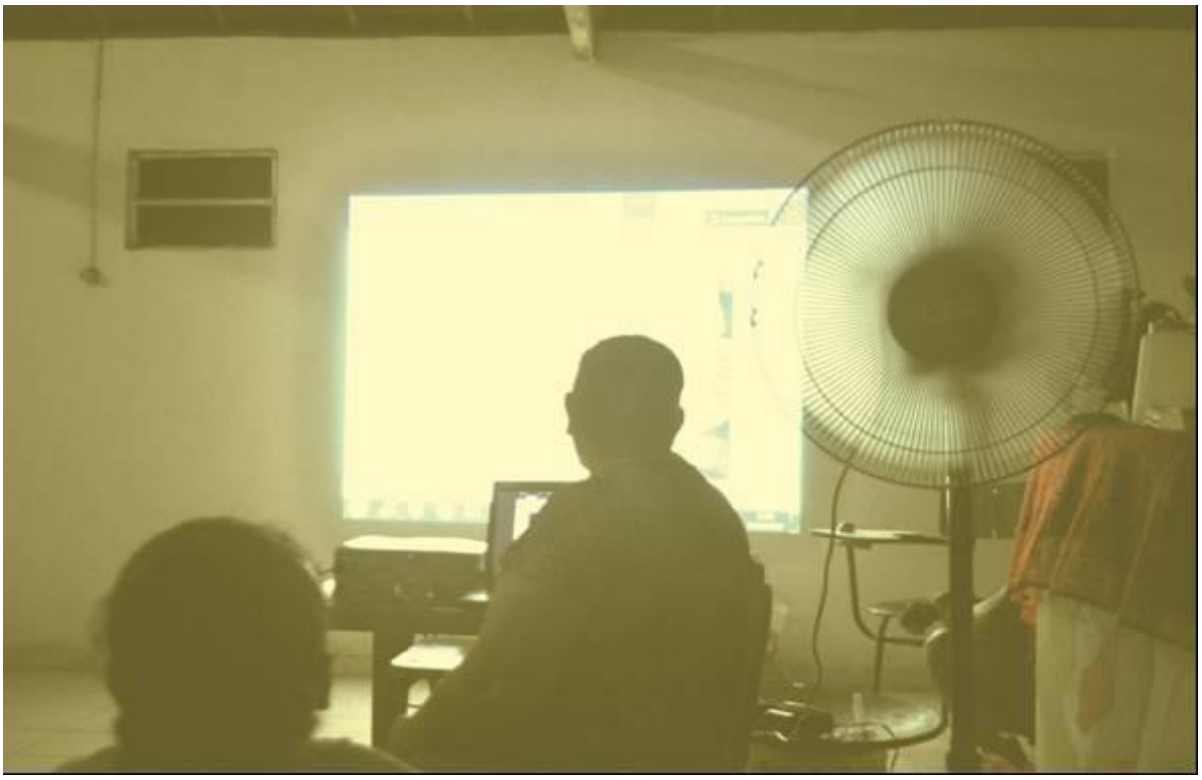


Foto: Nina Rosa Ledoux (2017)

2.5 Resultados das Entrevistas

Entrevistaram-se moradores do povoado de Brejo da Brásida que se localiza no entorno da área diretamente afetada (ADA) e da área de influência direta (AID) do empreendimento. A eles fizeram-se as perguntas;

1 Você conhece a área de influência direta (AID) e a área diretamente afetada (ADA) do Parque Eólico Serra da Castanheira?

2 Você conhece algum lugar da área de influência direta do Parque Eólico Serra da Castanheira onde há registro rupestre ou artefatos de ocupação humana antiga?

2.5.1 Mariluze Oliveira de Amaral

Sim, conheço a Área de Influência Direta (AID) e a Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento. Desconheço qualquer sítio de arte rupestre ou artefato de ocupação humana antiga na área diretamente afetada (ADA). Soube, contudo, que na área de influência direta (AID) há sítios com pinturas rupestres. Diz-se que no Boqueirão do Riacho da Juriti existem duas escarpas com pinturas rupestres da Tradição São Francisco. Esses sítios nunca foram visitados por pesquisadores.

A propósito, aproveito a oportunidade para registrar que, junto ao povoado de Brejo da Brásida, um morador escavou uma cisterna, nas proximidades de sua casa. Nessa escavação, encontrou vários artefatos da indústria lítica, associados com ossos fossilizados da megafauna pleistocênica. Recomendo que constem referências dessa escavação no relatório da avaliação do potencial de impacto ao patrimônio arqueológico da área de influência do Parque Eólico, para que o IPHAN recomende e autorize a ampliação dessa escavação. É bastante provável que se encontrem mais ossos, associados com artefatos arqueológicos antigos.

Sugiro que a escavação seja feita por estudantes do Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) com a coordenação do Dr. Celito Kestering. Esse pesquisador conhece bem a região do Médio e Submédio São Francisco aonde vem realizando pesquisas arqueológicas com resultados publicados em artigos e livros.

Recomendo que, com o material arqueológico que se encontrar, construa-se um museu no próprio local da escavação. Esse museu poderá atrair muitos turistas e visitantes ao povoado de Brejo da Brásida. Dado o fato de que o relevo do local é plano e relativamente alto em relação ao entorno, não se descarta a possibilidade de ali ter sido uma antiga aldeia indígena da etnia Caimbé.

2.5.2 Lourival Vieira de Carvalho

Sim, conheço as grotas e elas não têm nome. Só a Grota do Emetério e a do Juriti. Na Grota do Martim Fernandes e do Juriti há registros rupestres.

3 CONSIDERAÇOES FINAIS

Realizada a prospecção arqueológica na Área Diretamente Afetada (ADA) e em setores da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento sugere-se:

1 No Boqueirão do Riacho da Juriti, muito próximo à Área Diretamente Afetada pelo empreendimento, em área prospectada de aproximadamente três quilômetros, com caminhamento no seu leito e observação cuidadosa nas escarpas de ambas as margens, encontraram-se os sítios arqueológicos com pinturas rupestres Juriti 1 e Juriti 2. Há que se cuidar para que os rejeitos de terraplanagem, resultantes das obras de implantação do Parque Eólico da Serra da Castanheira não sejam lançados no talude dessa feição de relevo. Essa ação poria em risco a preservação dos dois sítios e suas respectivas pinturas rupestres.

2 A propósito e em tempo aproveita-se a oportunidade para sugerir que, junto ao povoado de Brejo da Brásida, onde um morador escavou uma cisterna, nas proximidades de sua casa e encontrou vários artefatos da indústria lítica, associados com ossos fossilizados da megafauna pleistocênica, autorize-se a ampliação dessa escavação. É bastante provável que se encontrem mais ossos, associados com artefatos arqueológicos antigos. Sugere-se que a escavação seja feita por estudantes do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) sob a coordenação de um pesquisador que conheça bem a região do Médio e Submédio São Francisco.

3 Recomenda-se que, com o material arqueológico que se encontrar, construa-se um museu no próprio local da escavação. Esse museu poderá atrair muitos turistas e visitantes ao povoado de Brejo da Brásida. Dado o fato de que o relevo do local é plano e relativamente alto em relação ao entorno, não se descarta a possibilidade de ali ter sido, de fato, uma antiga aldeia indígena da etnia Caimbé.

REFERÊNCIAS

- INSTRUÇÃO NORMATIVA N°001, de 25 de março de 2015.
- IPHAN. Ficha de Caracterização de Atividade. 2017.
- PORTARIA MINC/IPHAN nº 07 de 01 de dezembro de 1988.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986.
- Termo de Referência Específico Nº 004/2016 do IPHAN.

ANGELIM, Luiz Alberto de Aquino (Org.). **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Petrolina. Folha SC.24-V-C**. Brasília: CPRM, 1997.

KESTERING, Celito. **Identidade dos grupos pré-históricos de Sobradinho – BA.** Tese. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. 2007, 298 f.

_____. **Patrimônio arqueológico de Sento Sé – BA**. São Raimundo Nonato: UNIVASF. 2014, 793 p.

SIQUEIRA, LUIZ Peixoto de. (Org.) **Projeto Mapas Metalogenéticos e de Previsão de Recursos Minerais. Folha SC.24-Y-A (Mirangaba)**. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Superintendência Regional de Salvador. Ministério das Minas e Energia. 1985.

Celito Kestering
Presidente da Fundação SOS São Francisco (SOSSF)
Sobradinho – BA
Fone: (74) 3613 – 6897; (74) 98834-2282
e-mail: celito.kestering@gmail.com

FUNDAÇÃO S.O.S SÃO FRANCISCO

Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Parque Eólico Castanheira, Município de Sento Sé / BA (Processo Nº 01502.002512/2016-98)

Questionário

1 Você conhece a área de influência direta (AID) e a área diretamente afetada (ADA) do Parque Eólico Serra da Castanheira?

2 Você conhece algum lugar da área de influência direta do Parque Eólico Serra da Castanheira onde há registro rupestre ou artefatos de ocupação humana antiga?

Sim, conheço a Área de Influência Direta (AID) e a Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento. Desconheço qualquer sítio de arte rupestre ou artefato de ocupação humana antiga na área diretamente afetada (ADA). Soube, contudo, que na área de influência direta (AID) há sítios com pinturas rupestres. Diz-se que no Boqueirão do Riacho da Juriti existem escarpas com pinturas rupestres da Tradição São Francisco. Esses sítios nunca foram visitados por pesquisadores.

A propósito, aproveito a oportunidade para registrar que, junto ao povoado de Brejo da Brásida, um morador escavou uma cisterna, nas proximidades de sua casa. Nessa escavação, encontrou vários artefatos da indústria lítica, associados com ossos fossilizados da megafauna pleistocênica. Recomendo que constem referências dessa escavação no relatório da avaliação do potencial de impacto ao patrimônio arqueológico da área de influência do Parque Eólico, para que o IPHAN recomende e autorize a ampliação dessa escavação. É bastante provável que se encontrem mais ossos, associados com artefatos arqueológicos antigos.

Sugiro que a escavação seja feita por estudantes do Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) com a coordenação do Dr. Celito Kestering. Esse pesquisador conhece bem a região do Médio e Submédio São Francisco aonde vem realizando pesquisas arqueológicas com resultados publicados em artigos e livros.

Recomendo que, com o material arqueológico que se encontrar, construa-se um museu no próprio local da escavação. Esse museu poderá atrair turistas e visitantes ao povoado de Brejo da Brásida. Dado o fato de que o relevo do local é plano e relativamente alto em relação ao entorno, não se descarta a possibilidade de ali ter sido uma antiga aldeia indígena da etnia Caimbé.

Em anexo, apresento as coordenadas do local onde se escavou e se construiu a cisterna, com imagem do Google Earth e fotos do material arqueológico e paleontológico que se encontrou.

Sento Sé - BA, 17 de janeiro de 2018

Mariluze Oliveira Amaral

Anexos

Sítio Arqueológico Aldeia Caimbé

Local: Povoado de Brejo da Brásida, Sento Sé – BA
Coordenadas: UTM24L 194835; UTMN 88561700; 410 m de altitude



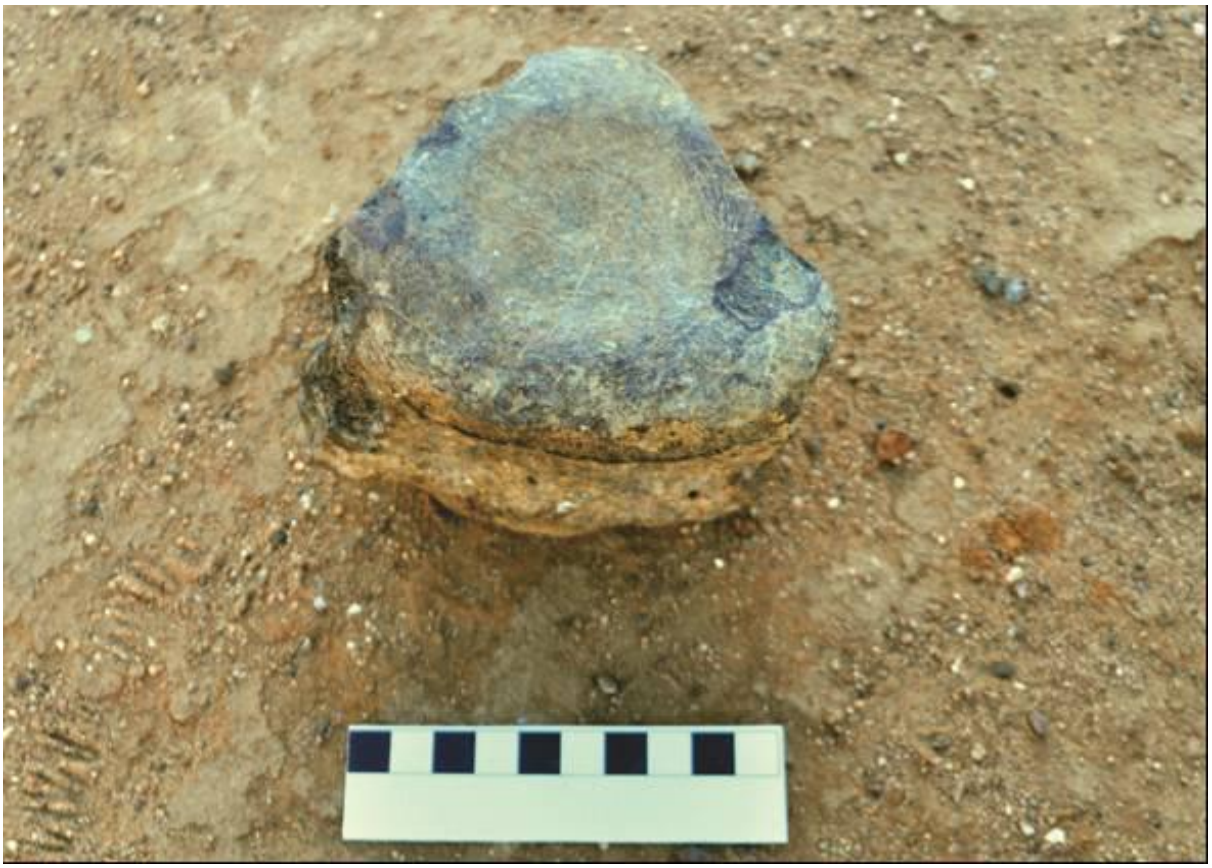






Rua 4 Nº.2, quadra S 11 - Vila São Joaquim. Cep. 48925-000 Sobradinho-Ba
Tel.: (74) 3613.6897









Rua 4 Nº.2, quadra S 11 - Vila São Joaquim. Cep. 48925-000 Sobradinho-Ba
Tel.: (74) 3613.6897





Rua 4 Nº.2, quadra S 11 - Vila São Joaquim. Cep. 48925-000 Sobradinho-Ba
Tel.: (74) 3613.6897





Rua 4 Nº.2, quadra S 11 - Vila São Joaquim. Cep. 48925-000 Sobradinho-Ba
Tel.: (74) 3613.6897





FUNDAÇÃO S.O.S SÃO FRANCISCO

Questionário

1 Você conhece a área de influência direta (AID) e a área diretamente afetada (ADA) do Parque Eólico Serra da Castanheira?

2 Você conhece algum lugar da área de influência direta do Parque Eólico Serra da Castanheira onde há registro rupestre ou artefatos de ocupação humana antiga?

1- Sim, mas conheço as grotas e elas não tem nome, só a grota do Emeterio e a do Juriti

2- Sim, na grota do Martim Facundes e do Juriti

entrevistado

nome- Lourival Vieira de Carvalho
apelido- Louro Rama
Profissão- lavrador
Residente- Brejo da Braside
Assinatura:

Lourival Vieira de Carvalho.